

Reabilitação sem qualificação: a receita para o desastre

Vítor Cóias
(GECORPA)

O governo anunciou em Agosto a sua última criação, o **Sistema Nacional de Qualificações**. Segundo ele, esta “nova” entidade “insere-se num conjunto de medidas de reforma da formação profissional ... que têm como objectivo aumentar o acesso dos jovens e adultos a oportunidades de qualificação ao longo da vida, bem como assegurar a relevância e a qualidade do investimento em formação... aplicando os fundos estruturais do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)”. O papel central do sistema Nacional de Qualificações é atribuído a um “novo” instituto público, entretanto criado, a **Agência Nacional para a Qualificação, I.P.**

Com estas entidades, o governo propõe-se fazer o “dois em um”: juntar educação com formação e injectar na nova estrutura rios de dinheiro procedentes do QREN.

Bom esforço legislativo, como sempre... mas quais serão os resultados?

É notória a ineficácia e ineficiência do nosso sistema educativo, que, apesar dos recursos humanos e financeiros que absorve, não consegue tirar o País de cauda da Europa e, mesmo, da OCDE, nos índices de escolaridade e de abandono escolar precoce; É notória e ineficácia e ineficiência do nosso sistema de formação profissional, que tem falhado no contributo que dele se espera na melhoria da qualificação dos recursos humanos, logo, do aumento da produtividade do País. Será que juntando dois sistemas ineficazes e ineficientes se obtém um eficaz e eficiente?...

Vejam os casos do sector da construção civil e obras públicas (CCOP), caracterizado por ocupar um elevado volume de recursos humanos (emprega à volta de 600 000 activos, sendo o segundo maior empregador a seguir ao Estado), por esses recursos humanos possuírem qualificações muito baixas (2/3 não têm mais do que a antiga 4.ª classe e 90% possuem habilitações escolares iguais ou inferiores ao 3º ciclo do ensino básico) e por ter uma produtividade baixíssima (cerca de 1/3 da dos seus congéneres europeus). Esquematizando, a estrutura da actividade de CCOP, com um volume de negócios da ordem dos 25 mil milhões de euros pode ser dividida em dois segmentos: construção nova, e reabilitação das construções existentes. Entre nós, a reabilitação tem tido um peso da ordem 10% do total da CCOP, enquanto noutros países europeus ela representa 40 ou 50%. A actividade do sector tem-se, portanto, concentrado quase exclusivamente na construção nova. É, no entanto, um objectivo assumido pelo governo que a percentagem do total da produção do sector dedicada ao segmento da reabilitação das construções existentes se aproxime da dos países mais desenvolvidos da UE.

Interessa, a este propósito, salientar que as intervenções de reabilitação dos edifícios se fazem, fundamentalmente, a três níveis:

- Invólucro exterior (fachadas e cobertura);
- Condições de habitabilidade e conforto;
- Comportamento estrutural.

O primeiro nível diz, sobretudo, respeito à estética do edifício;

O segundo nível diz, sobretudo, respeito ao bem-estar dos utentes dos edifícios. As intervenções a este nível são mais complexas, e envolver alterações nas instalações e sistemas do edifício;

O terceiro nível diz respeito à segurança das pessoas e bens e assume particular relevância quando está em causa a acção sísmica. Pressupõe intervenções de elevada especialização.

Reabilitar construções existentes é, portanto, muito mais complicado do que construir a partir do zero. Exige materiais e tecnologias muito diferentes da construção nova e, frequentemente, quem construiu não é quem está mais habilitado a reabilitar. Grande parte do nosso edificado é bastante antigo, tendo sido construído por técnicas que foram, entretanto, abandonadas, em favor do betão armado. A *anatomia* desses edifícios é desconhecida dos construtores generalistas de hoje.

O peso crescente do segmento da reabilitação dentro do sector da construção implica a consignação àquele segmento de um maior volume de recursos humanos. Tal consignação terá de ser feita quer a partir dos profissionais já em actividade no sector, mediante a sua requalificação ou, mesmo, reciclagem, quer a partir dos jovens profissionais saídos do sistema de ensino, quer a partir da mão-de-obra imigrante. É fácil ter uma ideia do esforço de qualificação que é necessário fazer se se pretender aproximar Portugal do resto da Europa no peso que tem a reabilitação no sector da CCOP. É necessário dar formação a mais de uma centena de milhar de activos da construção. E, para assegurar que a reabilitação tenha alguma qualidade, essa formação deve conduzir a uma certificação da aptidão profissional adquirida. O que se tem feito nesse sentido até agora é praticamente zero. Na construção civil a entidade certificadora é o Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP). A certificação profissional encontra-se ainda numa fase muito incipiente, estando em condições de ser certificadas apenas treze profissões, nenhuma das quais respeitante à reabilitação. Acresce que o número total de CAPs atribuídos a profissionais do sector desde 2003 até ao corrente ano é de pouco mais de 2000, o que não chega a 0,4% dos efectivos do sector.

Nos últimos anos a reabilitação tem sido vista pelas empresas como uma “tábua de salvação” para o sector da construção, e o seu poderoso “lobby” não se tem poupado a esforços para “meter no mesmo saco” a construção nova e a reabilitação. Dado o reduzido nível de qualificação dos principais agentes da construção, tudo se conjuga para que a reabilitação esteja desacreditada dentro de poucos anos, e que as intervenções se venham a revelar desastrosas em termos de eficácia e durabilidade. Para impedir que tal aconteça, é necessário que o sector da construção caminhe para uma nova realidade, em que a reabilitação tenha mais peso, mas em que, simultaneamente, o seu produto apresente níveis de qualidade que correspondam às expectativas dos destinatários. Tal pressupõe que se adotem critérios de selecção das empresas

adjudicatárias de obras de reabilitação totalmente distintos dos da construção corrente, baseados da qualificação dos RH por elas detidos. O que nos leva ao princípio deste texto: a necessidade de qualificação. Podem-se inventar nomes novos, mas a abordagem que o governo se prepara para seguir usando os dinheiros do QREN já é velha: centralizar na máquina estatal a qualificação dos profissionais. Já deu provas de não funcionar.

A qualificação para a reabilitação (tal como a de outros sectores) tem de ser feita por quem está no terreno, ou seja, pelas próprias empresas e pelas suas associações especializadas, numa abordagem “de baixo para cima”, por quem realmente sente as necessidades. Tal sistema já existe, apenas precisa de ser estimulado para se desenvolver. Qualquer empresa que disponha de um sistema de gestão da qualidade sabe que precisa de um sistema de qualificação dos seus RH. Qualquer associação profissional especializada pode facilmente ser estruturada e acreditada para certificar os profissionais especializados que as empresas suas associadas precisam. É assim que se faz nos países avançados, como os EUA. As empresas idóneas dispõem de sistemas de gestão da qualidade. As associações empresariais especializadas, como a American Shotcrete Association, o International Concrete Repair Institute, o American Institute of Steel Construction e tantas outras, certificam operários especializados que, integrados nas empresas, permitem dar garantias de um trabalho bem feito. O Estado apenas regula e fiscaliza – com eficácia e eficiência. Porque não fazemos nós o mesmo?

Lisboa, Outubro de 2007

Legenda da figura: Anúncio do Instituto Americano do Betão aconselhando os Dono de Obra e Projectistas a exigirem operadores certificados.